



ENUNCIADOS E IMAGENS SOBRE INDÍGENAS NO LIVRO DIDÁTICO: UMA ANÁLISE DO LIVRO HISTÓRIA PERNAMBUCO

Maria da Penha da Silva¹
Conceição G. Nóbrega Lima de Salles²
Sandro Guimarães de Salles³

RESUMO

No Brasil, os livros didáticos são produzidos sob influência das políticas curriculares internacionais e nacionais, entrelaçadas em discursos centrados nas agências governamentais e nos contextos acadêmicos. As prescrições curriculares por eles difundidas são legitimadas pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), do Governo Federal, por meio do Ministério de Educação, em geral alinhadas a um currículo de base nacional comum, e não às demandas locais. O presente artigo discute alguns aspectos relacionados às narrativas e imagens acerca dos povos indígenas no livro didático *História Pernambuco*. Este livro foi distribuído em várias redes de ensino municipais do estado de Pernambuco, para ser usado por crianças e professores/as do 4º e 5º anos do Ensino Fundamental. Uma dessas redes de ensino está localizada em Pesqueira/PE, onde habita o povo indígena Xukuru do Ororubá, um dos povos indígenas citados no referido livro.

Palavras-chave: Livro Didático; Temática Indígena; Povos Indígenas.

ABSTRACT

In Brazil, textbooks are yielded under influences of international and national curriculum politics, weaved upon discourses that are focused on government agencies and contexts of academic studies. Spread out by these books, curricular prescriptions are legitimized by Federal Government's National Program for the Didactic Book (PNLD), by means of the Education Minister. These prescriptions are generally lined up to a whole national basis curriculum, but do not comply with the local requests. This paper discusses some issues related to narratives and images about indigenous peoples in the textbook *História Pernambuco*. This book was distributed in several municipal education networks in the state of Pernambuco, to be used by children and teachers of the 4th and 5th years of Elementary School. One of these teaching networks is located in Pesqueira/PE, where do live the Xukuru do Ororubá, one of the indigenous peoples mentioned in that book.

Keywords: Textbook; Indigenous Theme; Indian People.

¹ Doutoranda em Antropologia pela UFPE.

² Doutora em Educação pela UFPE e professora da mesma Instituição.

³ Doutor em Antropologia pela UFPE e professor da mesma Instituição.

1 INTRODUÇÃO

As preocupações com as narrativas e imagens sobre os povos indígenas nas escolas públicas no Brasil refletem uma demanda do movimento dos professores indígenas do país. Somando-se aos protestos em relação ao caráter monocultural da educação escolar brasileira, os/as indígenas acusavam o Estado de permanecer com práticas educacionais que desrespeitavam sua história e suas expressões socioculturais. Dentre essas práticas, incluía-se a difusão de narrativas e imagens preconceituosas sobre os povos indígenas, veiculadas nos livros didáticos. Essa crítica acompanha a reivindicação de um sistema educacional específico e diferenciado, bem como de uma produção de subsídios didáticos próprios, coerentes com cada contexto étnico (GRUPIONI, 1995).

É necessário, contudo, lembrar que, a princípio, os livros didáticos são produzidos sob influência das políticas curriculares internacionais e nacionais, entrelaçadas em discursos centrados nas agências governamentais e nos contextos acadêmicos. As prescrições curriculares por eles difundidas são legitimadas pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), do Governo Federal, por meio do Ministério de Educação, em geral alinhadas a um currículo de base nacional comum, e não às demandas locais (LOPES, 2005). O PNLD é responsável pela avaliação, aprovação e distribuição gratuita dos livros didáticos para todas as escolas públicas no país. Fica sob a responsabilidade dos/as professores/as as escolhas dos livros que melhor se adaptem a cada contexto escolar. Na escola, por vezes, o livro didático ainda se constitui como o subsídio pedagógico de mais fácil acesso para os/as docentes e discentes, servindo como bússola para nortear o planejamento e as atividades pedagógicas (SILVA, 2015).

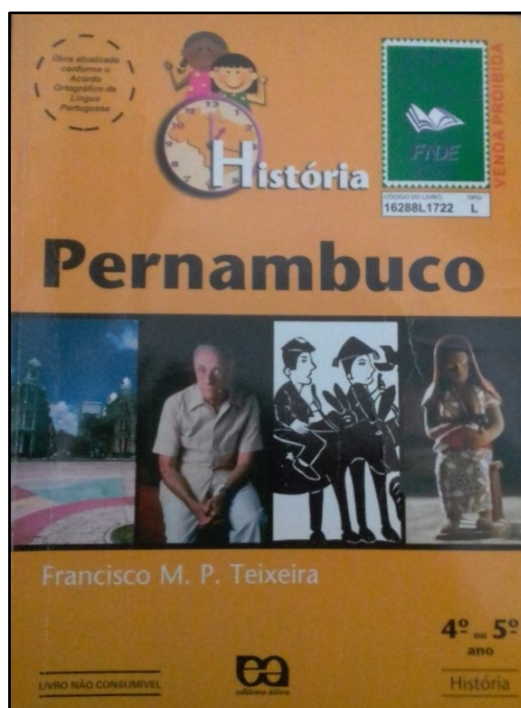
No que se refere ao ensino da temática indígena nas escolas públicas em Pernambuco, somando-se, geralmente, aos livros de literatura infantil, o livro didático é um subsídio pedagógico ainda muito usado para auxiliar os primeiros ensinamentos sobre as populações indígenas (SILVA, 2015). Nossa preocupação está voltada para as formas de abordagens sobre esse assunto nos livros didáticos destinados aos anos iniciais do Ensino Fundamental, tendo em vista ser nesta fase que as crianças estão construindo suas primeiras impressões sobre a sociedade onde vivem em relação às outras.

As questões discutidas no presente artigo surgiram durante nossa pesquisa nas escolas municipais de Pesqueira/PE, sobre a temática indígena na escola. Na ocasião, quando perguntamos às professoras do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental sobre os subsídios didáticos utilizados para auxiliar o ensino sobre a temática indígena, o livro didático de História foi o mais citado. Contudo,

elas criticavam seus conteúdos, sobretudo em relação à ausência de assuntos que abordassem os povos indígenas locais. Mediante tal situação, não pudemos ignorar a necessidade de análise desse subsídio.

Nessa perspectiva, pensamos o presente texto como um exercício de discussões sobre algumas características gerais que marcaram a forma de abordagem referente à temática indígena em um dos livros didáticos sobre a história de Pernambuco. Embora tenhamos encontrado dois livros didáticos nessa categoria, adotados pelas escolas municipais de Pesqueira/PE, cadastrados no PNLD, sendo um intitulado *História Pernambuco* e outro *Pernambuco de muitas Histórias: História do estado de Pernambuco*, nos propomos a analisar o primeiro, por tratar-se de uma obra que se encontra na 3ª edição, datada em 2011.

No momento em que realizamos a pesquisa, essa edição ainda não tinha sido distribuída nas escolas daquele município. As professoras tinham acesso à 2ª edição, cuja imagem da capa pode ser observada a seguir:



De autoria de Francisco M. P. Teixeira, publicado pela Editora Ática, em 2010, o referido livro é destinado às crianças que cursam o 4º e 5º anos do Ensino Fundamental. Observando rapidamente a capa, nota-se que foram privilegiadas expressões da cultura material, sobretudo referente à arte popular, à cultura literária – na pessoa de um poeta e escritor de renome em Pernambuco – e uma única paisagem local. Assim, da esquerda para a direita, vê-se uma fotografia do Marco Zero do Recife, uma fotografia do poeta e escritor João Cabral de Melo Neto, uma

xilogravura de J. Borges e uma fotografia de uma peça de cerâmica, provavelmente de um/a artista de Caruaru-PE.

Quanto ao conteúdo interno do referido livro, observamos que a temática indígena ocupa poucas páginas, embora nele seja reconhecida e evidenciada, de alguma maneira, a participação dos indígenas na história de Pernambuco. Esta abordagem, no entanto, está pautada na perspectiva da mestiçagem. A partir desse aspecto, iniciaremos a problematização sobre o lugar dos/as indígenas nesse contexto historiográfico e sociopolítico.

Como características gerais do livro, notamos que a organização dos conteúdos didáticos, de uma forma geral, está distribuída em quatro unidades, cada uma dividida em quatro capítulos compostos em blocos temáticos. Essas unidades iniciam com imagens que remetem aos assuntos discutidos no decorrer das atividades propostas. Observa-se também que em nenhuma dessas aberturas de unidades aparece imagem referente aos povos indígenas. Nas 184 páginas que compõem o livro, eles são citados em 15. São exibidas sete ilustrações gráficas sobre indígenas, incluindo um mapa, duas fotografias, uma gravura do Século XVII, da coleção Roger-Viollet, uma ilustração do texto sobre a Carta de Pero Vaz de Caminha, outra ilustrando o texto sobre a obra *Casa Grande e Senzala* de Gilberto Freyre e, por fim, uma imagem que procurou representar a “formação cultural” do Brasil. Esta é representada por meio da figura de um rosto indígena entre as figuras de um negro e de um europeu, lembrando a mistura de raças/etnias como característica fundamental do povo brasileiro. A perspectiva da mestiçagem permeia o conteúdo do livro do início ao fim, tanto em relação à temática indígena quanto sobre a população negra.

2 A HISTÓRIA DE PERNAMBUCO E O CONCEITO DE MESTIÇAGEM

Parece comum à nossa sociedade constantemente questionar o “reaparecimento” dos povos indígenas em determinadas regiões do país, particularmente no Nordeste. Esses questionamentos partem, frequentemente, do conceito de mestiçagem. Como procurou mostrar Silva (2004), a condição de “mestiços” para os povos indígenas serviu, historicamente, para negar-lhes o direito a seus territórios tradicionais, por meio de políticas públicas voltadas à integração desses à sociedade nacional, a exemplo do incentivo à união matrimonial entre indígenas e não indígenas, a partir do século XVIII. Entretanto, com essa mistura, os povos indígenas não alcançavam o *status* de branco, nem eram vistos como indígenas. Ainda segundo Silva, a atribuição da condição de mestiço como forma de negar identidade indígena foi fortalecida com a teoria da mestiçagem, mantendo estreitas relações com a historiografia do século XIX, difundindo, assim, a ideia de uma identidade nacional.

Nessa perspectiva, as diferenças socioculturais foram reduzidas a uma suposta “cultura nacional”. Tratando-se da educação formal, quais as consequências dessas concepções?

Para Stuart Hall (1999), a ocorrência do movimento pela formação de uma cultura nacional requer também um sistema de educação nacional, a organização de padrões de alfabetização universais, predominando uma única língua como instrumento dominante de comunicação em todo o país, instituindo, assim, uma cultura homogênea. Deste modo, “[...] as diferenças regionais e étnicas ficam subordinadas a uma identidade nacional” (HALL, 1999, p. 49).

No caso do Brasil, a teoria da mestiçagem se encarregou de diluir as diferenças étnicas em um caldo cultural, criando uma suposta identidade uninacional. As consequências disso para a educação formal foi a construção de programas curriculares de base comum, de caráter monocultural, com subsídios didáticos exaltando a ideia da mistura de raças como pressuposto para negar as identidades indígenas e negras.

No que diz respeito à população indígena, a difusão da ideia sobre a perda da cultura tornou-se uma das estratégias da teoria da mestiçagem, associada aos conceitos de integração, assimilação e aculturação como subterfúgios e/ou eufemismos para justificar a depopulação e, consequentemente, o suposto desaparecimento dos indígenas, ainda no período colonial. Nesse sentido, a cultura dos povos não europeus é pensada como algo estático, enquanto a cultura europeia pode ser dinâmica e se impor mediante os confrontos com as demais culturas, por meio do sincretismo ou da aculturação, concepções superadas pelos estudos antropológicos.

Em se tratando do livro didático *História Pernambuco*, observamos que essa ideia geralmente permeia textos e imagens. A primeira imagem de indígena encontra-se na Unidade didática I, ilustrando a seguinte questão: “Então, quem são os pernambucanos?” Nessa ilustração encontram-se fotografias de pessoas identificadas como de etnias diferentes, que formaram a “população pernambucana”.



Ilustrações do primeiro capítulo, intitulado “Somos nós, brasileiros de Pernambuco”.
História Pernambuco, 4º/5º Ano, 2010, p. 10.

A primeira imagem localizada na parte superior da referida figura é de um indígena Fulni-ô, caracterizado com “artefatos culturais”, que rapidamente o identificam como tal e o diferenciam dos demais grupos étnicos representados. Trata-se de algo bastante recorrente nas representações sobre os povos indígenas nos livros didáticos, ou seja, se não existirem penas e/ou pinturas corporais, o indivíduo representado pode ser confundido com qualquer outro grupo étnico. Observamos também o uso do termo “tribo” na legenda referente à imagem. O termo, que expressa ideias etnocêntricas, remete à perspectiva antropológica evolucionista, há muito criticada pelos antropólogos por classificar os grupos humanos conforme supostas etapas de evolução cultural. Assim, é atribuído aos povos ocidentais o topo de uma escala evolutiva (“civilização”), enquanto os povos não ocidentais estariam localizados em níveis inferiores (selvageria ou barbárie). Essa teoria, ao tomar como referência os padrões de organizações socioculturais ocidentais, desconsidera a complexidade das formas de organizações dos demais agrupamentos humanos, em diferentes espaços e contextos sociopolíticos. Há décadas, antropólogos como Edmund Leach (1996), Maurice Godelier (1977), entre outros, apontaram os problemas teóricos e políticos implicados no conceito. Afinal, como questionam Fiorin e Petter (2008), se empregamos o termo povo para nos referir aos franceses, alemães, portugueses etc., por que utilizaríamos o termo tribo para nos referir aos povos indígenas? Desse modo, recomenda-se o uso de expressões como “etnia” ou “povo”, que remetem à concepção

de sociedades organizadas em torno de interesses comuns, língua, costumes, crenças e cosmologia própria. Entretanto, o conceito “tribo” permanece naturalizado no livro didático em discussão.

Além de percebermos que a figura indígena usada nesse contexto também está associada à filiação do autor à perspectiva da mestiçagem, não apenas pela representação das “três raças”, que também pode ser entendida como uma exposição da diversidade étnica, nos chamaram ainda mais atenção as fotografias dos homens negros. Nestas, as legendas indicam classificações étnicas diferentes, afirmando que um é negro, outro é mulato. Qual o critério usado para diferenciá-los? Não sabemos, pois não é informado na publicação. Entretanto, os termos *miscigenação*, *mestiçagem*, *mulato*, *mestiço*, *caboclo* e *mameluco* são recorrentes em muitos textos que compõe o livro analisado. Por outro lado, o conceito de mulato, usado na legenda referente à terceira imagem (caboclo de lança em Olinda), também tem raízes racistas, uma vez que deriva do latim *mulus*, de onde provém palavra *mula*. Como esta designa um animal híbrido, resultante do cruzamento entre um jumento e uma égua, ou seja, do cruzamento entre espécies diferentes, deu origem ao termo (*mulato*), que tem sido empregado para designar pessoas descendentes de branco/a com negro/a ou simplesmente para designar pessoas mestiças.

Na sequência da abordagem sobre a temática indígena, constatamos uma maior concentração de conteúdos no segundo capítulo, quando tratou do período da colonização. Sobre este período histórico, especificamente, o autor situou os/as indígenas mais como grupos a-históricos, ingênuos/passivos, subjugados e escravizados e menos como sujeitos históricos. Problema semelhante foi observado por Grupioni, que chama atenção para o fato recorrente de os livros didáticos fazerem referência aos “feitos e a historiografia das potências europeias, silenciando ou ignorando os feitos e vivências dos povos que aqui viviam” (1995, p. 487).

Para Circe Bettencourt (2013), abordagens didáticas nesse sentido refletem a filiação dos autores à produção historiográfica do século XIX, contribuindo para reforçar a valorização da cultura dos colonizadores em detrimento do apagamento das expressões socioculturais indígenas. Um exemplo desse tipo de abordagem nos livros didáticos de História seria a forma como neles são organizados os períodos históricos, quase sempre iniciando pelos conteúdos sobre a chegada dos portugueses às terras que viriam a ser denominadas Brasil. A autora enfatiza, ainda, que nos períodos históricos posteriores à expulsão dos Jesuítas e o fim das ações dos bandeirantes, os povos indígenas são relegados ao total esquecimento, voltando a ser anunciados apenas no início do Século XX.

Para Leila Grassi (2009), as abordagens sobre a temática indígena no contexto escolar reduzidas a esses dois períodos históricos quase sempre são associadas, no primeiro momento, à

extração do pau-brasil, ao “canibalismo” e nudismo e, no segundo momento, aos conflitos pela terra. Assim, dificultava-se o entendimento e a aceitação das atuais configurações socioculturais indígenas por parte da nossa sociedade.

No tocante à sequência do conteúdo do livro aqui analisado, o autor deixou subtendido que em algum momento ocorreram reações e resistência indígena à colonização portuguesa, afirmando que “a partir do encontro desses povos iniciou-se uma convivência marcada por diferenças e conflitos que daria origem a um novo país e a um novo povo, o povo brasileiro” (TEIXEIRA, 2010, p. 22). O autor também menciona, vagamente, a participação dos indígenas e negros em rebeliões populares, mas esses teriam desaparecido para dar origem ao povo brasileiro. Tal afirmação parece bastante tímida mediante as extensas narrativas e ilustrações gráficas aludindo a um encontro pacífico. Identificamos duas situações remetendo a essa ideia: a primeira, quando o autor tratou sobre a importância da Carta de Pero Vaz de Caminha como registro de nascimento do Brasil; a segunda, quando exaltou a importância da obra *Casa-grande e senzala*, de Gilberto Freyre.

Em relação à Carta de Pero Vaz de Caminha, foram destacados os seguintes fragmentos:

Na praia andavam muitos homens com arco e flechas nas mãos, mas não os usaram contra nós. São pardos, meio avermelhados, de belo rosto e narizes bem feitos. Andam nus e fazem isso com a mesma inocência com que mostram o rosto. [...] Havia nove ou dez casas no lugar, compridas e altas, feitas de troncos e galhos e cobertas com palhas. Dentro delas havia esteios que as sustentavam e que serviam para pendurar as redes de dormir. As casas não tinham divisão interna e cada uma abrigava trinta ou quarenta pessoas⁴.

Observamos que, no referido livro, o destaque para a Carta de Caminha foi no sentido de enfatizar sua importância como um documento histórico, sem questionar, portanto, o seu conteúdo. Para Grupioni (1995), a apresentação isolada e descontextualizada de fragmentos de documentos históricos sobre os povos indígenas nos livros didáticos, sem a problematização acerca do contexto no qual foram gerados tais documentos, é um dos mecanismos de simplificação dos modos de vida indígena, quase sempre servindo para afirmar a superioridade cultural dos colonizadores.

Nesse sentido, o trecho da Carta de Caminhas, mencionado acima, além de descrever esses povos como ingênuos/inocentes pela sua nudez, também enfatiza as formas de moradias e organização social das famílias nativas como simplificação dos seus modos de vida. Reforçando essa narrativa, o referido livro traz uma ilustração procurando representar a ideia dos primeiros contatos entre nativos e europeus, difundindo a concepção do indígena exótico e passivo, expressando a

⁴ Trecho do texto adaptado da Carta de Pero Vaz de Caminha, citado no Livro didático *História Pernambuco* – 4º/5º Ano, 2010, p. 21.

ausência de conflitos e estranhamentos. Deste modo, remete às supostas relações e interações que parecem acontecer na mais perfeita harmonia.



Ilustração do texto sobre o encontro entre indígenas e europeus.
História Pernambuco – 4º/5º Ano, 2010, p. 21.

Além de expressar uma situação pacífica, é possível perceber nessa imagem a ideia de diferença cultural que inferioriza o indígena e valoriza a cultura dos colonizadores. Isto é evidenciado, sobretudo, no que se refere à capacidade intelectual de ambos: o colonizador é apresentado como alguém com o domínio da escrita e a capacidade de seduzir o indígena por meio de artefatos culturais, aparentemente sem valor econômico significativo (um espelho), enquanto o indígena parece tolo, impressionado com tal objeto.

Sobre os comentários a respeito do livro *Casa-grande e senzala*, a abordagem em relação aos povos indígenas não foi diferente. Desde o texto sobre a referida obra até sua ilustração, observamos uma narrativa e imagens romantizadas, bem como a ausência de conflitos, o que evidencia a concordância com a teoria da mestiçagem:

Sem dúvida um dos pernambucanos mais ilustres e conhecidos dentro e fora do Brasil [...] Seu livro mais importante, *Casa-grande e senzala*. [...] Trata-se de um estudo que abordava um tema antigo, a formação social brasileira na colonização portuguesa, mas de maneira totalmente nova. Além dos documentos normalmente usados pelos historiadores, Gilberto Freyre utilizou como fonte os costumes familiares dos colonos brancos; as falas, rezas, cerimônias, festas e folguedos dos escravos negros e índios; o casamento e a religião; a educação das crianças; a mestiçagem; o dia-a-dia da casa-grande e da senzala; os alimentos e as receitas culinárias; os trabalhos nos engenhos, nos canaviais e nas casas dos senhores; os castigos impostos aos escravos. [...] Mostrou a gente cabocla e acobreada que foi nascendo da intimidade entre europeus, índios e africanos (TEIXEIRA, 2010, p. 49).

Ao descrever a referida obra, o autor enfatiza os costumes dos colonos brancos, negros e indígenas, culminando com a ideia de miscigenação, sendo reafirmada, em especial, por meio da

expressão “*gente cabocla e acobreada*”. Em outras palavras, há uma ênfase em uma gente mestiça, nascida da intimidade entre as “três raças”. Esta narrativa, além de apagar as diferenças étnicas, também minimiza as diversas formas de violência no período colonial, sobretudo a sexual, quando mulheres negras e indígenas foram violentadas sexualmente por colonos, como encontramos na obra do próprio Gilberto Freyre.

A ilustração do texto citado é mais expressiva no que se refere à população indígena, observada na figura a seguir:



Ilustração do texto sobre a obra *Casa Grande e Senzala*.
História Pernambuco - 4º/5º Ano, 2010, p. 48.

Um primeiro aspecto observado na referida figura, semelhante ao texto escrito, remete à ideia das “três raças” presentes na “formação do Brasil”, onde negros e indígenas aparecem subjugados, reforçando a ideia de submissão e passividade. O colonizador aparece na primeira imagem, na parte superior da figura, caracterizando, assim, o início da história, enquanto as demais imagens parecem ser uma projeção do seu olhar, exprimindo surpresa em relação ao que ver.

As imagens compondo a ilustração expressam, em geral, uma concepção estereotipada física e psiquicamente dos povos indígenas. No caso do livro *História Pernambuco*, a caracterização física da população indígena é representada por uma maioria masculina, com feições similares, cabelos

lisos, com o mesmo corte, olhos puxados e seminus; enquanto nas características psíquicas predominam a ideia da infantilização e da convivência harmoniosa com a natureza, situação representada, inicialmente, por figuras de pessoas com feições infantis, divertindo-se nas brincadeiras, no banho de rio e usando arco e flecha.

Seguindo a lógica da linearidade da história, a referida figura procura mostrar que a partir do convívio com os colonizadores alguns indígenas tornaram-se adultos e trabalhadores, participando, assim, da primeira atividade econômica colonial, a extração e exportação do pau-brasil. Em seguida, os indígenas aparecem no corte da cana de açúcar, sendo mais uma vez representados com traços físicos infantis. A gravura seguinte traz um casal de indígenas adultos, trabalhando em um engenho, onde a mulher encontra-se vestida com roupas cobrindo a maior parte do corpo. Na última imagem, onde observamos a presença dos africanos escravizados nos engenhos, a população indígena desapareceu, reforçando, deste modo, a ideia de substituição da mão de obra indígena pela mão de obra dos africanos⁵.

De forma geral, o livro *História Pernambuco* enfatiza a presença indígena no período da colonização, deixando lacunas em relação aos períodos do Império e da República. Quanto aos povos contemporâneos, os dados são exíguos e equivocados. Devido a essas lacunas, somadas à ênfase na ideia de depopulação e possível extinção dos povos indígenas ainda no período colonial, o livro corrobora a ideia de total desaparecimento dos indígenas. Para Grupioni,

Os livros didáticos produzem a mágica de fazer aparecer e desaparecer os índios na história do Brasil. O que parece mais grave neste procedimento é que, ao jogar os índios no passado, os livros didáticos não preparam os alunos para entenderem a presença dos índios no presente e no futuro (GRUPIONI, 1995, p. 489).

No caso do livro *História Pernambuco*, os povos indígenas reaparecem na atualidade como em um passe de mágica, sendo citados como pequenos grupos que lembram a herança deixada pelos seus antepassados, como contribuição para a nossa sociedade.

3 POVOS INDÍGENAS CONTEMPORÂNEOS: ESPECTROS DE SEUS ANTEPASSADOS

Para John Monteiro, até meados da década de 1980 as mobilizações indígenas e suas formas de resistências passaram despercebidas pelos historiadores. Assim, o protagonismo dessas populações

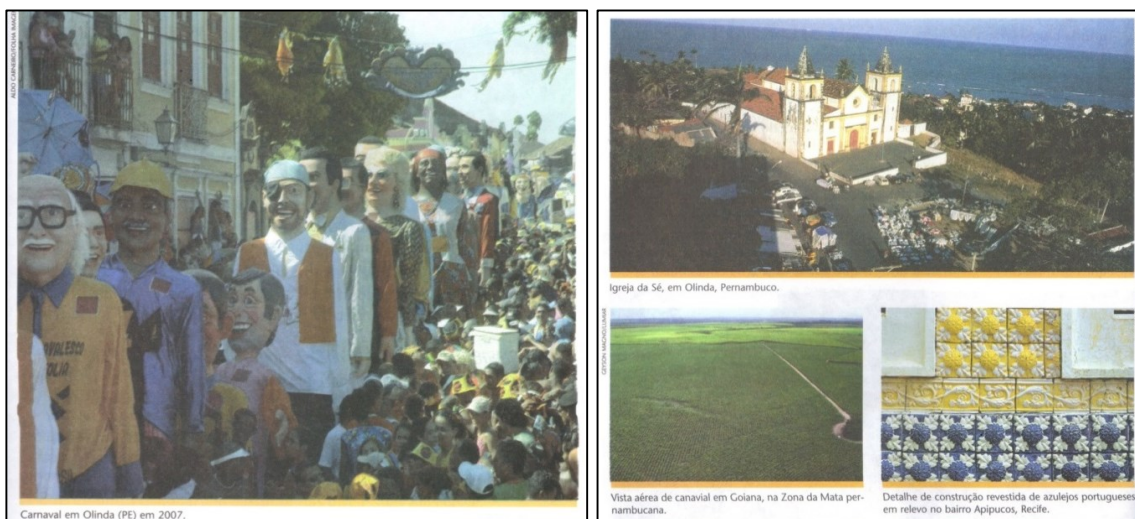
⁵Sobre especificamente esse período histórico, há evidências de coexistência das duas situações de escravidão, inclusive defendendo que muitos quilombos formaram-se a partir da parceria entre negros e indígenas, pois estes conheciam a região e os lugares seguros para se refugiarem (GOMES, 2002).

no passado seria invisibilizado, pois, “no Brasil, é comum retratar as populações indígenas como meros resquícios de um passado cada vez mais remoto, como remanescentes de uma história contada na forma de uma crônica do desaparecimento e da extinção” (MONTEIRO, 1999, p. 247).

Mesmo quando o autor do livro *História Pernambuco* procura chamar atenção para a importância das expressões socioculturais indígenas na sociedade atual, isso ocorre de forma bastante genérica, sem muitos detalhes ou explicações. A suposta predominância cultural dos europeus, no entanto, foi apresentada com riqueza de detalhes e imagens, aludindo à grandeza das suas realizações. Com efeito, os primeiros colonizadores são apresentados como “conquistadores”, dominando os povos nativos pela força e imposição de uma herança cultural que se expressaria através da língua, das festividades populares, da arquitetura e da economia. Essa concepção de vencedores pela dominação do outro é evidenciada no tópico intitulado “Os europeus conquistadores”. O fragmento a seguir demonstra esse aspecto:

Os portugueses que se fixaram a partir de 1500 dominaram as populações que vivam originalmente no território e apropriaram-se das terras que a elas pertenciam. Desse modo, os portugueses impuseram aqui seu modo de vida e tornaram sua influência dominante na formação do povo brasileiro. Como em outros lugares do Brasil onde os conquistadores logo se instalaram, no nosso estado a presença portuguesa é bem antiga e deixou sinais por toda parte. Esses sinais podem ser percebidos em diversos aspectos da vida social pernambucana, ou seja, da nossa cultura (TEIXEIRA, 2010, p. 23)⁶.

Como ilustração do referido texto, observa-se as seguintes imagens.



Ilustrações do tópico “Os europeus conquistadores”.
História Pernambuco – 4º/5º Ano, 2010, p. 23 e 24.

A primeira imagem é uma fotografia do Carnaval de Olinda/PE, seguida de uma fotografia

⁶ Grifos nossos.

da Igreja da Sé, na mesma cidade, simbolizando os monumentos arquitetônicos edificadas pelos europeus, representados também na fotografia de azulejos portugueses, na fachada de uma casa antiga, no bairro de Apipucos, em Recife. Como poderio econômico, é apresentada uma fotografia de uma vasta área de canavial, no município de Goiana, Mata Norte de Pernambuco. São imagens que, somadas aos termos *conquista, dominação e imposição*, explícitos no texto escrito, valorizam a herança cultural europeia. Paradoxalmente, o tópico seguinte, buscando tratar mais especificamente sobre os povos indígenas, foi intitulado “Os escravos nativos”.

Embora a proposta do referido texto seja abordar a presença indígena na História do Brasil, iniciou destacando novamente os colonizadores na condição de conquistadores, enquanto sobre os povos indígenas foi enfatizada a ideia de redução da população, extermínios, assimilação cultural e abandono dos costumes. Esse aspecto é evidenciado, sobretudo, quando o autor faz a seguinte afirmação: “desde a chegada dos conquistadores europeus a esta parte da América que viria se tornar Brasil, as populações que aqui viviam foram muito reduzidas e várias delas exterminadas” (TEXEIRA, 2010, p. 26). Sobre a situação dos povos que “sobreviveram”, lê-se: “alguns foram modificando pouco a pouco seu modo de vida, assimilando a cultura do homem branco a ponto de, muitas vezes, abandonar seus próprios hábitos, tradições, formas de governo” (*ibidem*).

O protagonismo apresentado, portanto, foi sempre o do colonizador. Com efeito, este nunca é citado como tendo vivenciado alguma “perda cultural”, ou abandonado algum dos seus costumes. A condição de perdedor é sempre dos indígenas, aos quais, no passado, foi reservado o lugar de fracassados, escravizados, como apresentado na figura seguinte:



Ilustrações do tópico “Os escravos nativos”.
História Pernambuco, 4º/5º Ano, 2010, p. 27.

Esta imagem encontra-se no livro logo após outras duas referentes aos povos indígenas em

Pernambuco na atualidade. Se, por um lado, a imagem acima remete à escravização indígena nos engenhos, denunciando uma das formas das violências contra os povos indígenas no contexto colonial, por outro, pode endossar o imaginário sobre a vitória do colonizador frente à incapacidade de reações dos/as indígenas e, nessa condição, condenados ao fracasso e ao desaparecimento.

Diego Monteiro, referindo-se a abordagens didáticas similares, afirmou:

Em tal situação, os índios são vislumbrados como sujeitos passivos e submissos, por meio de discursos que reverberam os ideais de conquista, dominação (cultural e/ou econômica), exploração e depopulação dos povos nativos, considerados como os elementos mais frágeis nas relações de poder assimétricas estabelecidas com a sociedade de não índios (MONTEIRO, 2014, p. 88).

162

Dessa forma, como as crianças que têm acesso ao referido livro podem valorizar as heranças socioculturais indígenas, uma vez que, no presente, esses povos são associados a imagens do passado, sempre remetendo a uma condição indesejada e inferiorizada? Quando se trata da atualidade, embora citando os “sobreviventes” indígenas, a ideia de declínio demográfico permaneceu justificada por dados desatualizados, a exemplo das expressões grifadas no texto e das informações expressas no mapa a seguir:

Em todo o estado de Pernambuco existem hoje apenas oito grupos indígenas. Esses grupos têm diversas origens e alguns falam sua própria língua, além do português. Juntos, representam uma população de pouco mais de 20 mil pessoas. Apesar do intenso declínio sofrido pelas populações indígenas ao longo do tempo, os povos sobreviventes no nosso estado permanecem vivos e atuantes, convivendo com os demais grupos da sociedade pernambucana. Essas pessoas querem continuar a viver e trabalhar livremente em suas terras, mantendo o seu modo de vida próprio, sua organização social, seus costumes e suas crenças (TEIXEIRA, 2010, p. 26) ⁷.

Em relação aos dados estatísticos, observamos que o livro didático *História Pernambuco*, na 2ª edição, seis anos após a primeira publicação, manteve as mesmas informações, quando no ano 2000 o censo demográfico dos povos indígenas em Pernambuco contabilizava mais de 40.000 indivíduos. Do mesmo modo, no ano de 2010 eram conhecidos 11 povos indígenas no estado (BRASIL, 2010), sendo esse número elevado posteriormente para 12. Enquanto isso, permaneceu no livro o mapa com apenas oito povos indígenas.

⁷ Grifos nossos.

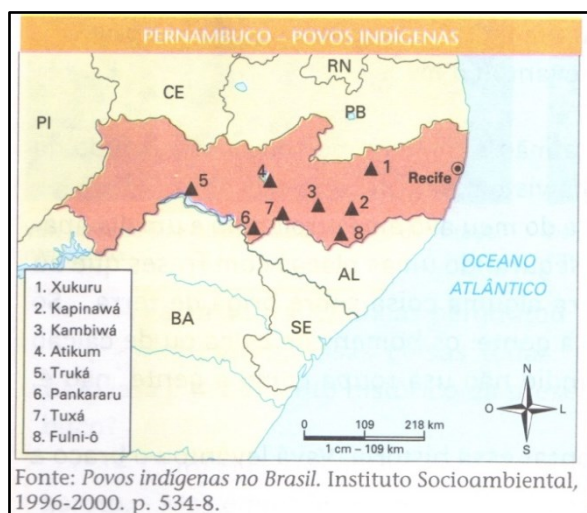


Ilustração do tópico “Os escravos nativos”.
História Pernambuco, 4º/5º Ano, 2010, p. 26.

Voltando ao texto citado, mesmo quando o autor afirma que esses povos possuem modos de vidas próprios, outras formas de organização social e crenças, não citou nenhuma dessas especificidades, como fez em relação às heranças culturais dos colonizadores. Para Grupioni (1995), os livros didáticos que trazem uma abordagem genérica acerca dos diversos modos de vida dos povos indígenas dificultam o acesso das crianças à complexidade e à diversidade das organizações sociais desses povos, não só no passado, mas, sobretudo, no presente.

Também observamos no tópico “Os Escravos Nativos” que, embora o autor tenha se referido ao bilinguismo como um sinal diacrítico dos povos indígenas em Pernambuco, trouxe uma informação equivocada, afirmando a existência de mais de um povo falante da língua nativa, quando apenas o povo Fulni-ô é bilíngue. A forma genérica como foi exposto esse conteúdo, portanto, reforça a visão folclórica e exótica difundida ao longo dos anos no ensino sobre os povos indígenas, a exemplo de outra imagem ilustrando o referido texto:



Ilustração do tópico “Os escravos nativos”.
História Pernambuco, 4º/5º Ano, 2010, p. 26.

Na legenda da referida figura, lê-se: “Índios xukuru durante ritual”. Não há, no entanto, nenhuma informação sobre o ritual apresentado. Apesar de na página seguinte ter uma recomendação para que as crianças formem grupos e busquem informações a respeito dos povos indígenas em Pernambuco, seria importante que o próprio livro trouxesse informações mais precisas, ao menos sobre o povo que aparece na referida imagem. Por exemplo, onde habita, sua história, seus modos de vida etc.

Na continuidade do conteúdo em discussão, ao se referir ao legado cultural indígena, o autor mencionou a influência desses povos na sociedade pernambucana como parte da “formação histórica”: “uma herança valiosa, que enriqueceu nossa língua, nossa música, nossos costumes, nossos conhecimentos” (TEIXEIRA, 2010, p. 27). Não há, no entanto, nenhum exemplo dessa herança, como feito em relação à herança cultural portuguesa.

A forma como tais conteúdos didáticos foram abordados reafirma a ideia que as influências socioculturais dos povos indígenas em Pernambuco estão vinculadas a um passado ancestral. Reafirma, do mesmo modo, a ideia que atualmente esses povos encontram-se reduzidos, em condições desiguais em relação à sociedade não indígena. Essa afirmação procede em relação a alguns povos indígenas no Brasil, mas não pode ser generalizada. Particularmente no estado de Pernambuco, quando o livro didático analisado foi produzido e publicado, contávamos com significativas

conquistas dos povos indígenas, a exemplo da demarcação de suas terras e da implantação dos sistemas de educação e saúde diferenciados. Deste modo, alguns povos indígenas no estado encontram-se em condições sociais iguais às de sociedades não indígenas em suas vizinhanças. Entretanto, no livro *História Pernambuco*, essas conquistas não são evidenciadas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora a teoria da mestiçagem tenha sido largamente questionada por pesquisadores contemporâneos, que puseram em questão o mito da democracia racial, implícito na referida teoria, com a tentativa de homogeneização das diferenças socioculturais, essa teoria continua validada nos exemplares didáticos aprovados pelo PNLD, como visto no livro *História Pernambuco*. Nessa perspectiva, busca-se naturalizar as relações sociais e de poder entre colonizadores, senhores de engenhos, indígenas e negros. Do mesmo modo, reforça-se o mito sobre o possível desaparecimento dos povos indígenas, através de sua miscigenação e integração à sociedade nacional, como difundido por Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro⁸.

Além da explícita relação com a teoria da mestiçagem, as narrativas acerca dos povos indígenas, no livro analisado, evidenciam também uma polaridade recorrente: opressor verso oprimido; dominador verso subjugado. Nesse cenário, instaurou-se um sentimento de incapacidade, passividade e vitimização que dificulta perceber os povos indígenas na atualidade ou vislumbrar um futuro para esses em nível local, regional ou nacional.

Por fim, percebemos que as críticas feitas por Grupioni (1995) ao livro didático, há mais de duas décadas, continuam atuais. Para ele, embora a produção historiográfica brasileira tenha avançado com novas abordagens, esses conhecimentos ainda não ultrapassaram os muros das universidades. Muitos livros didáticos permeados de concepções pessimistas e estereotipadas sobre os povos indígenas ainda permanecem como subsídio pedagógico, contribuindo para corroborar ideias equivocadas a respeito dos indígenas e de outras minorias étnicas.

Por fim, reconhecemos que os livros didáticos são produtos mercadológicos, são resultados das assimetrias de poder, estando muitas vezes comprometidos com um currículo racista, demasiado ocidental e masculino. São, portanto, resultados de muitos filtros, recortes e colagens, que muitas vezes se apresentam em forma de conhecimentos fragmentados. Entretanto, não recomendamos o abandono dos livros didáticos, considerando que na maioria das situações eles são o subsídio mais

⁸ Dentre as obras de Darcy Ribeiro com essa perspectiva de abordagem, destacamos a última, *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*.

acessível para crianças e professores/as. Devemos, no entanto, questioná-los, contribuindo para a produção de livros didáticos não racistas, não etnocêntricos, comprometidos com uma história outra sobre os diferentes grupos étnicos e culturais. Uma postura crítica em relação a esses subsídios didáticos possibilita e fomenta a busca de informações complementares em outras fontes, contribuindo, assim, com a ampliação e aprofundamento dos assuntos tratados.

REFERÊNCIAS

- BITTENCOURT, Circe Fernandes. História das populações indígenas na escola: memórias e esquecimentos. In: PEREIRA, Amílcar Araújo; MONTEIRO, Ana Maria. (Orgs.). **Ensino de História e culturas afro-brasileiras e indígenas**. Rio de Janeiro: Pallas, 2013, p. 101-132.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Características gerais dos indígenas. Censo demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.
- COLLET, Célia; PALADINO, Mariana; RUSSO, Kelly. **Quebrando preconceitos**: subsídios para o ensino das culturas e histórias dos povos indígenas. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2014.
- FREYRE, Gilberto. **Casa grande e senzala**: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal. 46ª ed. São Paulo: Global, 2004.
- FIORIN, José Luiz & PETTER, Margarida (Orgs.). **África no Brasil**: a formação da língua portuguesa. São Paulo: Contexto, 2008.
- GODELIER, Maurice. **Horizontes da Antropologia**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- GOMES, Flávio Santos. Amostras humanas: índios, negros e relações interétnicas no Brasil colonial. In: MAGGIE, Yvonne; BARCELLO, Cláudia. (Org.). **Raça como retórica**: a construção da diferença. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 27-82.
- GRASSI, Leila Gasperazzo Ignatius. **Imagem-identidade indígena**: construção e transmissão em escolas não indígenas. 2009. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.
- GRUPIONI, Luís Donizete Benzi. Livros didáticos e fontes de informações sobre as sociedades indígenas no Brasil. In: SILVA, Aracy Lopes da; GRUPIONI, Luís Donizete Benzi. (Orgs.). **A temática indígena na escola**: novos subsídios para professores de 1.º 2.º graus. Brasília: MEC, 1995, p. 481-521.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 3ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.
- LEACH, Edmund R. **Sistemas Políticos da Alta Birmânia**: um estudo da estrutura social Kachin. EDUSP: São Paulo, 1996.
- LOPES, Alice Casimiro. O livro didático nas políticas de currículo. In: PEREIRA, Maria Zuleide da

Costa; MOURA, Arlete Pereira (Orgs.). **Políticas e práticas curriculares**: impasses, tendências e perspectivas. João Pessoa: Ideia, 2005, p. 69-95.

LUCIANO, Gersem dos Santos. **O índio brasileiro**: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: Secad; Laced, 2006.

MONTEIRO, Diego Francisco Cruz. **Indígenas e Iconografia Didática**: a imagem dos índios nos Manuais de História do Programa Nacional do Livro Didático. Jundiaí: Paco Editorial, 2014.

MONTEIRO, John Manuel. Armas e armadilhas: história e resistência dos índios. In: NOVAES, Adauto. (Org.). **A outra margem do Ocidente**. São Paulo: Cia. das Letras, 1999, p. 237- 249.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**: identidade nacional versus identidade negra. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

SILVA, Edson. “Os caboclos” que são índios: história indígena no Nordeste. **Revista Portal do São Francisco**, CESVSF, Belém de São Francisco, 2004, p. 127-137.

SILVA, Edson; SILVA, Maria da Penha da. “Já não se ver índios como antigamente”: a abordagem da temática indígena na escola em discussão a partir da Lei nº 11.645/2008. In: LIMA, Marinalva Vilar de. (Org.). **Educação para as relações étnico-raciais**: identidades, etnicidades e alteridades. João Pessoa: CCTA, 2016, p. 253-285.

SILVA, Maria da Penha da. **A temática indígena nos anos iniciais do ensino fundamental**: um estudo das práticas curriculares docentes em Pesqueira/PE. Universidade Federal de Pernambuco, Caruaru, PE, 2015 (Dissertação de Mestrado em Educação Contemporânea).

TEIXEIRA, Francisco M. P. **História Pernambuco**. 2ª ed. São Paulo, Ática, 2010.